

na imprensa. Maluf (foto maior) chegou
dizendo que ganha o governo paulista.

5 JAN 1986

ans

CONSTITUINTE

JORNAL DA TARDE
- 8 JAN 1986

Patrulhamento na imprensa: críticas na reunião da Comissão.

O jurista Miguel Reale criticou ontem o "patrulhamento na imprensa, ao tomar a iniciativa de falar sobre o assunto na reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais, no Rio, enquanto o ex-ministro da Educação, Eduardo Portela, disse que ainda existe no Brasil a intervenção do Estado na imprensa, o "que resulta em uma 'censura branca', pelas excessivas interferências do governo nos jornais".

Reale disse que pode haver uma Lei de Imprensa, que proteja a liberdade, "mas ela não é necessariamente indispensável, pois os jornalistas podem ser responsabilizados, quando cometerem delitos, pelo Código Penal ou pela Lei de Contravenções Penais, entre outras legislações, sempre preservada a liberdade de imprensa".

O jurista e ex-reitor da Universidade de São Paulo manifestou seu repúdio ao "patrulhamento", seja ideológico, seja aquele "motivado por interesses escusos". O professor Reale afirmou que o "patrulhamento" pode ocorrer quando um jornalista ou o próprio jornal evita a divulgação de um fato ou uma opinião. "Ele existe pela omissão ou pela ação, ea intimidação é um fato mais grave nesse contexto."

Sonegação

Como exemplo, citou que no episódio dos "trens da alegria" (nomeação ilegal para funções no Congresso), um jornalista praticou o "patrulhamento" citado ao sonegar a seu jornal informações sobre um dos casos, porque sua mulher tinha sido uma das nomeadas. Nesse caso, de acordo com a análise de Reale, o jornalista praticou o "patrulhamento" pela omissão.

Com relação à interferência do governo na imprensa, ainda existe, segundo Eduardo Portella, apesar de já não ocorrer nas proporções do período de março de 64 a março de 85.

No governo Figueiredo, por exemplo, quando um diretor de jornal comunicou ao então ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, que ia demitir uma jornalista, ouviu uma surpreendente reprovação do ministro (que a repórter não aceitou, preferindo a demissão a ter de dever seu emprego ao ministro).

Outro caso de "patrulhamento" citado ocorreu recentemente, no retorno de um grupo de jornalistas e intelectuais de viagem a Cuba, quando um cineasta pediu aos repórteres que não divulgassem al-

guns fatos, para "evitar críticas ao regime cubano através da 'imprensa burguesa'".

Para Reale, "um dos piores tipos de 'patrulhamento' é o silêncio, inclusive aquele relativo uma personalidade pública, por motivo ideológico ou por interesses". Para o jurista, "a intimidação feita contra jornalistas quando adotam uma linha liberal, essencialmente informativa, já é uma ofensa ao direito da pessoa".

Televisão

Para Miguel Reale, o sistema atual de concessão de canais de televisão "pode permitir uma série de abusos, razão pela qual a comissão está discutindo o assunto, mas não chegou, ainda, a respostas adequadas sobre o problema do regime de concessão para as emissoras de rádio e televisão".

Educação

Após criticar "a censura implícita à imprensa, pelo menos a uma parte dela, que acaba por ter o mesmo efeito da censura explícita, que existiu no regime de 64", o ex-ministro Eduardo Portela disse que "nas últimas décadas, o Estado simplesmente abandonou a educação".

O professor afirmou que "a educação brasileira inchou de 64 para cá, em vez de melhorar em qualidade: em 64, a universidade brasileira tinha 124 mil alunos e em 81 passou a ter um milhão e 600 mil. Esse crescimento aconteceu desordenadamente e a universidade passou a formar para o desemprego".

O ensino particular, segundo Portela, cresceu excessivamente e elitizou-se, principalmente em algumas cidades, como o Rio de Janeiro, onde é caro e quase sempre ineficiente.

Ele disse que a nova Constituição, de 87, cumprirá um grande papel se conseguir abrir alguns espaços para o ensino público no Brasil. "Não para prejudicar o ensino particular, mas sim para estimular a elevação do nível do ensino."

Os dez comitês da Comissão de Assuntos Constitucionais voltarão a se reunir dias 30 e 31 próximos e dia 1º de fevereiro.

Na reunião de ontem do Comitê de Educação, Cultura e Comunicações, com a participação de Reale e Portela, o presidente da comissão, Afonso Arinos, voltou a defender a adoção do sistema parlamentarista.